

FÓRUM INTERNACIONAL DAS PLATAFORMAS NACIONAIS DE ONGs (Forus, FIP ou IFP)

Sede social
14 passage Dubail, 75010 Paris, França

ESTATUTO

Versão atualizado do dia 05 de setembro de 2018

Artigo 1. Denominação

É fundada entre os membros do presente estatuto uma associação (designada «Associação») regida pela lei de primeiro de julho de 1901, pelo decreto de 16 de agosto de 1901 e suas emendas posteriores.

A Associação tem por denominação «**Fórum internacional das plataformas nacionais de ONGs**» e por acrônimo Forus, FIP ou IFP-FIP.

Este estatuto tem versões em francês, inglês, espanhol e português. No caso de divergência entre as diversas versões linguísticas, prevalecerá a versão francesa. O uso do masculino é escolhido para fins de legibilidade e designa tanto homens como mulheres.

Artigo 2. Objetivo

Esta Associação tem por finalidade:

- promover trocas e cooperação entre as plataformas nacionais e entre as coalizões regionais de ONGs, nos níveis regional, inter-regional e internacional através de ações de advocacia, de fortalecimento das capacidades e de fortalecimento de relações estratégicas, de parcerias e de alianças;
- favorecer a participação dos atores organizados não governamentais nos debates internacionais;
- promover e/ou organizar o diálogo entre os atores organizados não governamentais e diferentes atores internacionais;
- promover as posições das plataformas nacionais e das coalizões regionais de ONGs junto aos poderes públicos, organizações internacionais e outros atores para influenciar as políticas relativas à sociedade civil, aos objetivos de desenvolvimento justo e igualitário e às pessoas que vivem em pobreza;
- reforçar as capacidades e eficiência das organizações membros e parceiras em suas práticas de organização e desenvolvimento;
- mais amplamente, toda operação relacionada direta ou indiretamente a esta finalidade ou às atividades similares ou conexas com seu objeto e finalidade, qualquer que seja o meio.

Artigo 3. Sede social

A sede social é fixada no endereço Passage Dubail, 14, Paris (75010).

Ela poderá ser transferida para qualquer lugar por simples decisão do Conselho de Administração.

Artigo 4. Duração

A Associação é por 99 anos a contar de sua publicação no Jornal Oficial. Este prazo poderá ser prorrogado por decisão de Assembleia Geral Extraordinária depois de 99 anos.

Artigo 5. Composição

5.1 Categorias de membros

A Associação é composta de:

- membros ativos: plataformas nacionais de ONGs (PFN);
- membros associados: coalizões regionais, PFN à espera de validação de sua adesão e PFN sem personalidade jurídica;
- membros observadores: redes, movimentos, etc.

Os membros ativos são as plataformas nacionais de ONGs dotadas de personalidade jurídica que atendem aos critérios do documento de adesão definidos no Regulamento Interno; que participam das atividades e estão em dia com sua cotização anual.

Só pode ser aceita uma única plataforma nacional por país.

Os membros associados são os que aderem à Carta de Princípios do FIP, estão em dia com sua cotização anual e cumprem uma das condições seguintes:

- ser uma coalizão regional de plataformas nacionais de ONGs;
- ser uma plataforma nacional que deseja aderir ao FIP, mas ainda não atende a todos os critérios definidos no Regulamento Interno;
- ser uma plataforma nacional sem personalidade jurídica.

Os membros observadores são os que aderem à Carta de Princípios do FIP e que estão em dia com suas contribuições nos custos das atividades das quais participam.

5.2 Procedimentos de adesão

A aquisição da qualidade de membro da Associação acontece conforme as disposições do Regulamento Interno. A aquisição da qualidade de membro da Associação está também subordinada ao cumprimento das condições e modalidades seguintes:

- para os membros ativos: a aquisição da qualidade de membro está subordinada ao pagamento da cotização anual em primeira solicitação, depois da aceitação da sua qualidade de membro pelo Conselho de Administração;
- para os membros associados: a aquisição da qualidade de membro está subordinada ao pagamento da cotização anual em primeira solicitação, depois da aceitação da sua qualidade de membro pelo Conselho de Administração;

- para os membros observadores: a aquisição da qualidade de membro está subordinada ao pagamento de suas contribuições nos custos das atividades das quais participam e à sua aceitação como membro pelo Conselho de Administração.

5.3 Perda da qualidade de membro

Perde-se a qualidade de membro:

- pelo pedido de desfiliação por um membro e dirigido ao Presidente da Associação;
- pela expulsão decidida pelo Conselho de Administração (por infração ao presente estatuto ou ao Regulamento Interno ou à Carta de Princípios, considerando-se, entre outros, a ausência de compartilhamento dos valores da Associação e expressos no seu objeto social, falta de pagamento da cotização anual ou qualquer outro motivo grave constatado pelo Conselho de Administração), sendo o membro em questão convidado à fazer valer seus meios de defesa previamente, junto ao Conselho de Administração;
- pela dissolução, por qualquer razão que seja, da pessoa jurídica, ou pela declaração de seu estado de liquidação judicial;
- pelo desaparecimento de qualquer das condições necessárias à aquisição da qualidade de membro.

5.4 Cotizações anuais

O montante das cotizações anuais é fixado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

As cotizações anuais serão pagas pelos membros ativos e associados.

Os membros observadores pagarão uma taxa de participação de acordo com as atividades das quais participam.

O pagamento das cotizações anuais é obrigatório.

No entanto, em caso de dificuldade financeira, o membro interessado dirigirá um pedido de isenção por escrito ou por via eletrônica ao Conselho de Administração, no mês seguinte da chamada à cotização.

A chamada à cotização anual será realizada através de um documento enviado individualmente por qualquer meio, inclusive por correio eletrônico.

Artigo 6. Recursos e meios de ação

6.1. Recursos

Os recursos da Associação se compõem:

- das cotizações anuais e participações aos gastos dos membros segundo sua categoria;
- dos subsídios de organizações internacionais, do Estado, das regiões, dos departamentos, dos distritos municipais, e de seus estabelecimentos públicos ou de qualquer outra pessoa jurídica de direito público ou privado;
- das doações de bens móveis e das doações dos estabelecimentos de utilidade pública;
- das receitas provenientes de bens vendidos ou serviços prestados pela Associação;
- das rendas de bens de valores de qualquer natureza que pertençam à Associação;
- dos legados;
- de todos os recursos permitidos pela lei, jurisprudência e respostas ministeriais.

6.2. Meios de ação

Os meios de ação da Associação consistem especialmente em:

- qualquer publicação em qualquer meio que seja, exposições, programas de áudio ou audiovisuais, sites de internet destinados ao público, em lugares públicos ou privados;
- qualquer comunicação, formação e apoio aos participantes intervindo na coordenação entre as plataformas, na sua intervenção junto às instâncias governamentais e organizações internacionais;
- organizar campanhas de sensibilização e de promoção dos objetivos, meios de ação e ações das plataformas, em quaisquer lugares e quaisquer que sejam os meios;
- organizar manifestações, reuniões, conferências, cursos, intervenções, entrevistas coletivas ou individuais, ligados aos objetivos da Associação;
- prover todo apoio material, financeiro, jurídico e humano aos participantes, que permita melhorar e fortalecer a cooperação e a intervenção junto às instâncias interessadas pela ação da Associação;
- a venda ocasional ou permanente de produtos ou serviços, entrante ou suscetível a contribuir com a realização dos objetivos da Associação.

Artigo 7. Funcionamento/ Organização / Instâncias decisórias

7.1. Regras gerais de funcionamento

A Associação é composta por seus membros, reunidos coletivamente na Assembleia Geral, que definem e aprovam as diretrizes gerais e os objetivos de longo prazo; de um Conselho de

Administração, que assegura o cumprimento das decisões tomadas pelas plataformas; de um Presidente, representante da Associação; e de um Secretariado, responsável pela execução.

Os idiomas de trabalho da Associação são o inglês, o espanhol, o francês e o português. Outros idiomas podem ser utilizados de acordo com as necessidades e meios, sob decisão do Conselho de Administração.

A convocação para as Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração e, se necessário, o envio de documentos prévios para as Assembleias ou reuniões do Conselho de Administração (agenda, projetos de acordos de contas, relatórios de gestão, etc.), podem ser realizados por qualquer meio, inclusive por correio eletrônico.

Os endereços eletrônicos utilizados para a comunicação eletrônica são informados por cada membro, o mais tardar no mês seguinte à sua adesão. A atualização dos endereços eletrônicos é da responsabilidade de cada um dos membros, não podendo a Associação ser considerada responsável pelo envio de uma convocação ou um documento prévio para um endereço não atualizado pelo membro.

As Assembleias Gerais são Ordinárias ou Extraordinárias e somente poderão deliberar validamente se as regras de quórum e de maioria forem respeitadas. As decisões adotadas regularmente pelas Assembleias são obrigatórias para todos. Para deliberar validamente, o quórum exigido para cada Assembleia deverá ser respeitado ao longo de toda a reunião.

As Assembleias Gerais e o Conselho de Administração podem ser realizados à distância, por videoconferência, áudio-conferência, chat particular ou qualquer outro meio de telecomunicação que permita identificar os membros participantes e assegurar a confidencialidade dos debates.

O meio de telecomunicação escolhido deve permitir visualizar e/ou ouvir de maneira ininterrupta os membros reunidos. A ata das deliberações deve relatar todo incidente técnico que possa interromper o progresso da reunião realizada à distância.

A convocação à Assembleia Geral realizada à distância pode ser enviada por qualquer meio, inclusive por correio eletrônico. Em todos os casos, ela prevê um horário de início e um horário de término e precisa o fuso horário aplicável.

O facilitador da sessão assegura que são tratados os itens da pauta, que o tempo eventualmente atribuído às discussões sobre esses pontos é respeitado e assegura que o meio de telecomunicação escolhido não constitui um obstáculo técnico para a expressão dos membros que estão reunidos.

Uma folha de presença virtual é adotada.

O voto eletrônico por tele transmissão em sessão é permitido. Ele permite aos membros votantes que participam da Assembleia por videoconferência, áudio-conferência ou chat privado, de votar on-line pelo site internet. O Presidente fixa as modalidades complementares de voto, se necessário.

No caso de voto por procuração durante uma Assembleia à distância, a convocação deve precisar a hora limite de envio dos formulários de procuração; na ausência de indicação, o mais tardar, na véspera da reunião. Nenhuma procuração enviada após o início da reunião

poderá produzir efeito. Em qualquer caso, os formulários devem garantir a identidade dos membros votantes.

Um prazo apropriado e razoável é dado a cada membro do Conselho para votar, não ultrapassando uma semana.

7.2 A Assembleia Geral Ordinária

a) Natureza e poderes da Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral (AG) é o órgão supremo de decisão da Associação que:

- delibera sobre todas as questões presentes na agenda, assim como outras questões;
- decide as orientações políticas gerais da Associação;
- valida os relatórios trienais de atividades e de finanças apresentados pelo Conselho de Administração;
- aprova o plano de trabalho trienal;
- elege os membros do Conselho de Administração;
- trata de qualquer ponto proposto na agenda pelo Conselho de Administração;
- autoriza o Conselho de Administração a assinar todos os atos, a concluir todo compromisso e a incorrer em quaisquer obrigações que vão além de seus poderes estatutários;
- valida a lista das regiões a partir das quais são eleitos os representantes para o Conselho de Administração e o número de vagas para o Conselho de Administração de cada uma delas.
- valida o montante de cotizações, sob proposta do Conselho.

b) Composição da Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral é composta de um representante para cada membro, seja ativo, associado ou observador.

Somente os membros ativos dispõem do direito de voto na Assembleia Geral. Cada membro ativo dispõe de um voto. Um membro ativo não pode receber mais de um poder de voto além do seu.

Os representantes dos membros ativos, associados e observadores devem ser membros do Conselho de Administração de sua organização ou equivalente, ou titular de um mandato escrito que os habilite a participar de todas as discussões relevantes da Assembleia Geral.

c) Modalidades de funcionamento

A Assembleia Geral Ordinária se reúne pelo menos a cada 3 anos.

Fica fixado como quórum necessário às deliberações da Assembleia Geral Ordinária a metade do número de membros ativos mais um.

A Assembleia Geral toma suas decisões por consenso ou por maioria simples dos membros votantes presentes ou representados.

No caso de empate, o Presidente da Associação terá voto de desempate.

No início da sessão, as modalidades e o processo de votação são fixados. O voto não é necessariamente secreto.

7.3 Assembleia Geral Extraordinária

a) Natureza e poderes

A Assembleia Geral Extraordinária é convocada de modo excepcional fora da programação das Assembleias Gerais Ordinárias.

Ela delibera sobre a agenda fixada pelo Conselho de Administração.

b) Composição da Assembleia Geral Extraordinária

Assim como a Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral Extraordinária é composta de todos os membros ativos, associados e observadores.

Somente os membros ativos dispõem do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária. Cada membro ativo dispõe de um voto. Um membro ativo não pode receber mais de um poder de voto além do seu.

c) Modalidades de funcionamento

A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada em qualquer momento sob pedido de dois terços dos membros do Conselho de Administração, ou sob pedido da metade dos membros ativos mais um, transmitido ao Presidente da Associação, que deve então convocá-la.

Ela é automaticamente convocada em caso de demissão de três quartos dos membros do Conselho de Administração.

O quórum necessário a suas deliberações é fixado em três quartos dos membros que têm direito de voto na Assembleia Geral. A Assembleia Geral Extraordinária toma suas decisões pela maioria simples dos membros votantes presentes ou representados.

7.4 Conselho de Administração

a) Constituição e poderes

O Conselho de Administração representa os membros da Assembleia Geral na administração da Associação. É responsável por:

- implementar decisões e orientações estratégicas e políticas votadas na Assembleia Geral;
- garantir a coordenação das atividades com a Associação;
- prestar contas de suas atividades e gestão a cada ano e durante Assembleias Gerais;
- decidir o montante das cotizações anuais;
- decidir sobre a aquisição e alienação de quaisquer bens móveis e coisas móveis, providenciando a realização de todos os reparos e trabalhos a serem feitos, e compra e venda de instrumentos financeiros e de valores mobiliários;
- fazer a locação e aquisição de todo imóvel necessário para atingir o objetivo da Associação, conferir quaisquer arrendamentos e hipotecas sobre bens da Associação, proceder à venda ou permuta de tais edifícios, realizar qualquer empréstimo e dar qualquer garantia e segurança;
- decidir sobre a abertura e fechamento de contas bancárias;
- elaborar linhas gerais das ações de comunicação e de relações públicas;
- elaborar orçamentos e controlar sua execução; elaborar e aprovar o projeto de orçamento da Associação;
- elaborar as contas relativas ao último exercício e aprovar as contas a comunicar na Assembleia Geral Ordinária a cada 3 anos;
- aprovar o Regulamento Interno da Associação;
- eleger o Presidente da Associação e outras autoridades das Associações;
- autorizar os atos e compromissos que ultrapassem o âmbito dos poderes próprios do Presidente;
- decidir sobre a aceitação, a exclusão ou o status de qualquer membro, por maioria simples dos membros do Conselho de Administração;
- supervisionar e monitorar o trabalho do secretariado;
- preparar e programar a Assembleia Geral;
- sugerir e implementar um plano de ação decidido em Assembleia Geral;
- consultar e divulgar informação aos membros tão logo seja necessário;

- organizar as relações institucionais formais e permanentes com outros atores (sindicatos, organizações internacionais, fundações, etc.);
- organizar a advocacia internacional;
- assegurar o cumprimento das regras coletivas.

b) Composição

A composição do Conselho de Administração satisfaz aos critérios de representatividade e diversidade de membros ativos da Associação. Somente membros ativos poderão ser eleitos para o Conselho de Administração, exceto no caso do Pacífico, onde as PFN membros do FIP concedem mandato para a coalizão regional PIANGO para a representação no Conselho. PIANGO tem os mesmos direitos e deveres que os outros membros do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração servem primeiramente à Associação e não à uma plataforma ou uma coalizão regional. As representações são institucionais e não de natureza pessoal. Cada plataforma deve nomear um representante permanente e um suplente para o Conselho. O membro suplente precisa de uma procuração para a representação do membro permanente.

O número de membros servidores no Conselho é determinado de acordo com uma divisão regional (Anexo 1 do Estatuto).

A Assembleia Geral deve eleger os membros do Conselho de Administração de acordo com a distribuição geográfica das vagas. Os membros do Conselho de Administração são eleitos entre os membros ativos da Associação, exceto no caso do Pacífico.

No caso de vacância de um ou vários cargos, o Conselho de Administração poderá preenchê-los temporariamente por cooptação. As substituições são escolhidas entre os membros ativos. Se o número de membros do Conselho tiver caído abaixo do mínimo estatutário, o Conselho deve cooptar novos membros temporários ao Conselho, que terão o mandato terminado na Assembleia Geral subsequente.

c) Duração de mandato do Conselho de Administração

O Conselho de Administração será renovado em um terço a cada 2 anos. O Conselho pode cooptar até 3 membros suplementares.

As funções de membro do Conselho de Administração cessam por:

- demissão apresentada por escrito por um membro do Conselho ao Presidente da Associação;
- ausência, injustificada, a mais de três reuniões consecutivas do Conselho;
- perda da qualidade de membro da Associação;

- revogação por motivos graves;
- dissolução da Associação.

d) Procedimentos operacionais

O Conselho de Administração deve se reunir pelo menos duas vezes por ano, ou mais se necessário, mediante convocação do Presidente e por iniciativa do Presidente ou de pelo menos um terço dos membros da Associação, fisicamente ou através de videoconferência, podendo também convocar uma Assembleia Geral Extraordinária.

As convocações são realizadas por qualquer meio, inclusive por e-mail e dirigidas aos membros do Conselho pelo menos 5 dias antes da data fixada para a reunião. Se nenhum membro se opuser, o Conselho pode ser convocado de imediato.

As convocações contêm a pauta da reunião.

A agenda é elaborada pelo Comitê Executivo. Quando o Conselho de Administração se reúne por iniciativa de um terço dos seus membros, estes podem solicitar a inclusão na agenda de temas de sua escolha.

O Conselho de Administração pode validamente deliberar e decidir se pelo menos metade dos membros mais um estiverem presentes ou representados.

Um membro do Conselho pode outorgar mandato para ser representado por um outro membro do Conselho, participando das decisões desta instância em seu lugar.

O Conselho de Administração deve convocar e escolher o local e a data da Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho deve solicitar a taxa de cotização anual.

As decisões internas do Conselho de Administração serão adotadas por consenso.

Em caso de falta de consenso, o Conselho de Administração pode proceder a uma votação por maioria simples. No caso de empate na votação, o Presidente tem o voto de desempate.

O Conselho de Administração pode ouvir qualquer pessoa passível de ajudar a clarificar suas deliberações.

Qualquer decisão adotada pelo Conselho de Administração implica todos os membros do Conselho.

7. 5 O Presidente

a) Deveres

O Presidente acumula as funções de Presidente do Conselho de administração e de Presidente da Associação.

O Presidente assegura a gestão corrente da Associação sob o controle e a supervisão do Conselho. Ele é eleito pelo Conselho de Administração entre os seus membros.

O presidente será eleito por 2 anos, renováveis uma vez, dentre os membros do Conselho.

O presidente pode ser francês ou de outra nacionalidade.

b) Poderes

O Presidente é empossado pelo Conselho. Ele age em nome e por conta do Conselho de Administração e da Associação e, em particular:

- representa a Associação em todos os atos da vida civil e tem todos os poderes para agir dentro dos limites da finalidade social;
- exerce a função de empregador;
- pode, por decisão do Conselho de Administração, intentar quaisquer ações judiciais para defender os interesses da Associação, realizar quaisquer transações e preparar eventuais recursos;
- convoca o Conselho de Administração e as Assembleias Gerais e preside as respectivas reuniões;
- está autorizado a abrir e operar quaisquer contas e cadernetas de poupança em quaisquer instituições financeiras ou de crédito;
- executa as decisões tomadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- assina os contratos de compra e venda e, em geral, quaisquer atos e contratos necessários à execução das decisões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais;
- gere as despesas em consulta com o Comitê Executivo;
- propõe Regulamentos Internos da Associação para a aprovação do Conselho de Administração;
- apresenta um relatório anual ao Conselho de Administração, incluindo o relatório financeiro;
- pode delegar, por escrito, os seus poderes e sua assinatura;
- pode rescindir tais delegações a qualquer momento;
- contrata o responsável do Secretariado do FIP e encerra seu contrato de trabalho.

Qualquer ato ou compromisso que excedem o âmbito das atribuições definidas acima terão de ser previamente aprovados pelo Conselho.

O presidente não demissionário só pode ser destituído por decisão judicial a pedido de um associado, por justa causa, incluindo em casos de desacordo com um ou vários membros, interrompendo o funcionamento da Associação.

7.6 Comitê Executivo

O Comitê Executivo é composto pelo Presidente, três Vice-Presidentes e um Tesoureiro.

A divisão de tarefas entre as diferentes posições e os procedimentos operacionais do Comitê Executivo são especificados no Regulamento Interno.

7.7 Secretariado

a) Constituição e Função

O Secretariado é composto de uma equipe assalariada sob a autoridade do responsável. Este órgão garante o funcionamento diário da Associação e é responsável por facilitar e coordenar a implementação das orientações e decisões tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho.

O Secretariado facilita a organização e a implementação de atividades da Associação.

O Secretariado está sob a responsabilidade do Conselho de Administração.

O mesmo funciona em quatro idiomas: inglês, francês, espanhol e português. Outras línguas de trabalho podem ser utilizadas, dependendo das circunstâncias e meios.

b) Procedimentos operacionais

O Secretariado prepara, ou garante a preparação sob o seu controle, das atas das reuniões do Comitê Executivo, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais. Mantém registros da Associação ou garante que tais registros sejam mantidos. Emite, ou garante a emissão, das declarações para a prefeitura e as publicações no Jornal Oficial, conforme as disposições legais ou regulamentares. É responsável por facilitar e coordenar a implementação das orientações e decisões tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho.

Pode agir por delegação do Presidente.

c) Poderes

O Secretariado supervisiona o bom funcionamento material, administrativo e jurídico da Associação.

As tarefas e os procedimentos operacionais do Secretariado estão especificados no Regulamento Interno.

Artigo 8. Tomada de posição

As tomadas de posição comuns são feitas com base em uma proposta dos membros da Associação e/ou do Conselho de Administração.

São adotadas por cada plataforma, entretanto o Conselho poderá solicitar o apoio do maior número de membros e propor à Associação que uma posição seja tomada em seu nome. Se todas as plataformas concordarem, a posição pode ser tomada. Uma consulta será organizada pelo Secretariado a pedido do Conselho ou de qualquer membro da Associação. No entanto, na ausência de uma resposta de um ou vários membros, a posição poderá ser aprovada em nome da Associação, se tiver sido expressamente confirmada pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 9. Transferência dos contratos de trabalho

A Associação será responsável e cumprirá, no lugar da associação Coordination SUD, os contratos de trabalho concluídos por esta última, em conformidade com as disposições do artigo L. 11224-1 do Código do Trabalho, no prazo de um ano.

Artigo 10. Implementação e Funções Transversais

Os membros ativos são responsáveis pela implementação das atividades da Associação.

Dependendo dos recursos disponíveis, a implementação e as funções transversais podem ser realizadas por um membro ativo ou um membro associado, a pedido de membros ativos.

Se necessário, e em acordo com as coalizões regionais, esses últimos poderão apoiar e facilitar os processos de trabalho, tanto operacional quanto organizacionalmente.

Artigo 11. Modificação dos Estatutos

Os presentes Estatutos podem ser modificados por uma Assembleia Geral convocada para esse fim. Propostas de alterações dos Estatutos são submetidas à decisão da Assembleia Geral pelo Conselho de Administração.

Artigo 12. Regulamento Interno

Os presentes Estatutos são complementados por um Regulamento Interno, que é adotado pelo Conselho de Administração, sob proposta do Presidente. Diz respeito, em particular, ao funcionamento do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Secretariado.

Artigo 13. Dissolução

A dissolução da Associação poderá ser proposta ao Conselho de Administração por, pelo menos, dois terços dos membros ativos da Associação, em dia com os seus compromissos. Se o Conselho de Administração considerar o pedido admissível e justificado, poderá tomar a decisão de convocar uma Assembleia Geral Extraordinária. A decisão de convocar a Assembleia Geral Extraordinária é tomada por, pelo menos, dois terços dos membros do Conselho.

A demissão de dois terços dos membros do Conselho de Administração deve levar à imediata convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária.

A dissolução da Associação só pode ser decidida por maioria dos votos de dois terços dos membros ativos, em dia com os seus compromissos, durante uma Assembleia Geral Extraordinária

Em caso de dissolução, a Assembleia Geral Extraordinária nomeia um ou mais liquidatários para executar operações de liquidação. Após o encerramento das operações de liquidação, deve-se pronunciar a devolução dos ativos líquidos em conformidade com as disposições da lei de 1 de julho de 1901 e do decreto de 16 de agosto de 1901 e suas emendas posteriores.

Em caso de dissolução, os bens devem ser devolvidos para uma organização que possui os mesmos objetivos.

Artigo 14. Auditor externo

A Associação possui um auditor externo, escolhido pelo Conselho. O seu mandato é de 6 anos renováveis. O Conselho de Administração é responsável pela escolha e renovação do auditor externo. Os relatórios de auditoria são transmitidos e apresentados na Assembleia Geral.

Artigo 15. Carta de Princípios

A Carta de Princípios da Associação está anexada aos Estatutos da Associação. A Carta contém os princípios fundamentais da Associação. Ante o seu caráter imperativo, é obrigatória sua aderência por todos os membros.

A adesão aos Estatutos também implica na plena adesão à Carta de Princípios. Uma violação à Carta de Princípios pode resultar na perda da qualidade de membro.

Artigo 16. Poderes

As formalidades de publicidade prescritas pela lei e regulamentos são realizadas a pedido do Presidente, que é especificamente autorizado a assinar a notificação a ser inserida em um Jornal autorizado a publicar anúncios legais na sede social, em conjunto com o Comitê Executivo ou qualquer pessoa nomeada por eles.

Artigo 17. Primeiro Conselho de Administração

Os fundadores da Associação se reúnem em Paris, em 11 de dezembro de 2015. Eles devem designar os membros do primeiro Conselho.

Os membros do primeiro Conselho são:

- **ABONG - Associação Brasileira de ONGs (Brasil), Damien Hazard**
- **ACCIÓN - Asociación Chilena de ONG (Chile), Miguel Santibanez**
- **BOND - British Overseas NGOs for Development (Reino Unido), Ben Jackson**
- **CCOD - Conseil de Concertation des ONG de développement (República do Congo), Clotaire Nsiloulou**
- **CONGAD - Conseil des ONG d'Appui au Développement (Senegal), Amacodou Diouf**
- **CONGCOOP - Coordinación de ONG y Cooperativas (Guatemala), Helmer Velasquez**
- **Coordination SUD - Solidarité Urgence Développement (França), Philippe Jahshan**
- **Espace Associatif (Marrocos), Mustapha Bouhaddou**
- **InterAction (Estados Unidos), Samuel Worthigton**
- **KCOC - Korea NGO Council for Overseas Development Cooperations (Coreia do Sul), Seong-Hoon Lee**
- **Kehys - Finnish NGO Platform (Finlândia), Rilli Lappalainen**
- **MACOSS - Mauritius Council of Social Service (República de Maurício), Samad Sairally**
- **NFN - NGO Federation of Nepal (Nepal), Daya Shrestha**
- **PIANGO - Pacific Islands Association of Non Governmental Organisations (os países membros optaram por serem representados pela coalizão regional do Pacífico), Emele Duituturaga**
- **VANI - Voluntary Action Network India (Índia), Harshvrat Jaitli**

ESTATUTOS APROVADOS POR A ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINARIA DO DIA 05/09/2018 E ASSINADOS
EM ORIGINAIS.

Anexo aos Estatutos - Representação no Conselho de Administração

Anexo 1 - Divisão regional *

Regiões	Número de representantes no Conselho de Administração
América Latina	3
América do Norte	1
Pacífico	1
Ásia	3
Europa	3
África	3
África do Norte - Oriente Médio	1
Total	15

* Em casos onde 2 ou mais representantes são nomeados por uma coalizão regional, pelo menos um deles deve ser uma mulher.